

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

CENTRO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO



2021

*D.
Ley
D.
D.*

ÍNDICE

01 Relatório da Direção.....	3
02 Balanço	14
03 Demonstração de Resultados por Natureza	15
04 Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
05 Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	17
06 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	19
06 Relatório e Certificação Legal das Contas	47
07 Parecer do Conselho Fiscal	51
08 Decisão da Direção	53

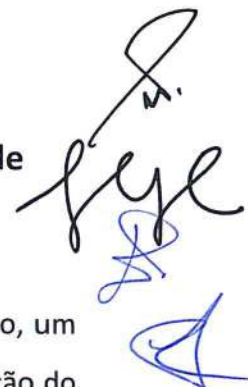
Handwritten signatures and initials in blue ink:
A large stylized signature at the top right.
Below it, the initials "J." and "fca" are written.
Further down, there are more stylized signatures and initials, including one that looks like "R".

01 Relatório da Direção

28.

1. INTRODUÇÃO

2021: tempo de contínua consolidação financeira e de definição de novos horizontes



O ano de 2021 foi, para o Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, um tempo de elevada exigência e, em simultâneo, de grande relevância para a definição do seu futuro.

A pandemia, por um lado, continuou a produzir um forte impacto na Instituição. Além disso, várias decisões dos tribunais foram negativas para a Instituição que se viu obrigada a pagar indemnizações decorrentes de questões acidentais e laborais de elevada importância. Por outro lado, o Perpétuo Socorro teve de amortizar importantes verbas bancárias e de empréstimos de Fundo de Reestruturação do Setor Solidário. Contudo, o ano de 2021, foi o tempo de redefinir a orientação estratégica futura da Instituição em torno da Educação e da Cultura.

O Perpétuo Socorro, após este período de dificuldades, encara o seu futuro próximo com realismo e esperança. O reajustamento global efetuado, os resultados obtidos, a reorientação estratégica assumida, os novos e desafiantes projetos em curso, abrem um horizonte de confiança e otimismo.

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro provou ser capaz de superar dificuldades e de projetar novos caminhos. A reestruturação operada, a recuperação financeira que está a desenvolver, a definição de novos projetos que está a implementar alentam o trabalho diário dos seus colaboradores e da direção para que se cumpra a sua missão fundamental, segundo um conjunto de valores e princípios irrenunciáveis.

O Perpétuo Socorro tem e terá como MISSÃO: promover a pessoa humana, na sua integralidade, em todas as fases da vida e fomentar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

Tem e terá uma VISÃO: ser uma Instituição de referência no desenvolvimento de serviços de educação, de formação e de ação social especializados e de excelência em favor da pessoa humana e da sociedade.

Norteia-se por princípios e valores essenciais, dos quais se destacam o Respeito, a Cooperação, o Cuidado, a Confiança, a Inclusão, a Competência, a Inovação, a Responsabilidade, a Privacidade, a Transparência e a Qualidade de vida.

Apoia-se num conjunto de políticas, que parametrizam a sua ação permanente:

- a) Política de Ética, que estabelece o compromisso do CCNSPS com os princípios éticos associados às IPSS's, aos fundamentos de Doutrina Social da Igreja, e os documentos internacionais inerentes aos direitos das pessoas;
- b) Política de Qualidade, que vincula o CCNSPS a uma ação rigorosa e exigente, visando a progressiva perseguição da excelência do serviço que presta em todos os domínios;
- c) Política de Participação e Envolvimento, que manifesta o objetivo do CCNSPS de se constituir como uma Instituição que estimula a participação dos seus colaboradores e utentes na sua atividade e que visa, por outro lado, a progressiva inserção numa ampla rede de relações institucionais com as quais coopera;
- d) Política de Valorização dos Recursos, quer físicos, quer financeiros, quer, sobretudo, humanos criando condições para potenciar o serviço prestado e o grau de satisfação de cada um com a Instituição. O CCNSPS pretende valorizar a formação humana, profissional e académica de todos os seus colaboradores para que se realizem pessoal e profissionalmente ao serviço da Instituição e dos seus utentes;

- e) Política de Respeitabilidade e de Prevenção de Abusos, que reflete o empenho do CCNSPS para com todos os seus utentes e colaboradores no cumprimento dos princípios morais, éticos e legais relativos à prevenção do abuso físico, mental, moral e financeiro, para com uns e outros.

28.

mi

leg

A

2. Aspetos relevantes da gestão do ano de 2021

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro reverteu, no ano de 2019, uma tendência contínua nos seus resultados operacionais, apresentando, pela primeira vez, em vários anos um balanço positivo. Em 2020, ano marcado pela pandemia da COVID-19 e pelas suas drásticas consequências sanitárias, sociais e económicas, obteve um dos melhores resultados operacionais da sua história, fruto das medidas tomadas como resposta às implicações da pandemia, que obrigou a um reajustamento rápido das opções definidas no PAO para esse mesmo ano.

A pandemia surgida em março de 2020 forçou uma viragem rápida do quotidiano do Perpétuo Socorro. Foi necessário suspender toda a atividade letiva presencial, encerrar os serviços de apoio social e interromper a atividade do Centro de Medicina. Esta situação, inesperadamente, continuou a manifestar-se em todo o ano de 2021.

Em simultâneo, o CCNSPS teve de realizar importantes investimentos de modo a tornar possível o ensino on-line e a domiciliar toda a atividade e serviços do Centro de Dia e de Convívio e a requalificar importantes áreas do seu edificado para as preparar para novos desafios, como a Escola Profissional e o Auditório.

A perda de receitas continuou a ser acentuada e teve como principais motivos a redução das mensalidades dos alunos da valência da Infância, das receitas do Ensino Básico, o encerramento do Centro de Medicina; a drástica diminuição dos apoios dos benfeitores, a perda de receitas pela impossibilidade de aluguer de equipamentos e a suspensão das atividades extracurriculares e das cantinas.

A procura de novas fontes de receita, por outro lado, assentou, sobretudo, nas candidaturas apresentadas, e aprovadas, a diversos programas, designadamente o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense, o Adaptar Social +, o Orçamento Solidário e o Prémio Fundação BPI/La Caixa, entre os mais relevantes.

O ano de 2021, em virtude das medidas de contenção de custos firmemente implementadas e da procura de novas oportunidades de receita, acabou por ser um

28.
feje
S.

tempo de continuidade no indispensável processo de consolidação da Instituição no seu trajeto de recuperação da situação geral e financeira. O presente Relatório de Gestão e Contas disso é prova inequívoca.

2.1. Evolução dos Resultados

Conta	Descrição	2021	2020	2019	2018	2017
72	Serviços prestados	773.593,20	694.264,58	790.497,05	704.550,63	623.640,60
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.124.883,01	1.122.908,51	1.066.589,12	955.727,80	927.627,47
76	Reversões	140,00	101,95	79,25	1.020,56	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	219.618,84	219.977,95	299.554,75	260.359,81	266.602,01
79	Juros e rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	4,88
Total de Rendimentos		2.118.235,05	2.037.252,99	2.156.720,17	1.921.658,80	1.817.874,96
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.140,95	18.809,44	69.424,80	120.603,26	101.833,04
62	Fornecimento e serviços externos	371.099,46	328.316,56	397.803,22	429.782,02	398.576,67
63	Gastos com pessoal	1.251.081,51	1.203.935,58	1.254.490,22	1.236.923,58	1.186.903,30
64	Gastos de depreciação e de amortização	90.770,32	29.447,08	170.510,86	170.363,66	165.896,35
65	Perdas por imparidade	2.485,41	6.735,26	3.338,35	5.570,57	1.020,56
67	Provisões do período	0,00	0,00	20.785,84	0,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	249.648,57	151.435,45	181.490,35	219.713,58	212.614,31
69	Gastos e perdas de financiamento	52.482,41	48.528,96	51.021,38	47.025,60	37.209,16
Total de Gastos		2.028.708,63	1.787.208,33	2.148.865,02	2.229.982,27	2.104.053,39
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	2.737,99
Resultado Líquido do Período		89.526,42	250.044,66	7.855,15	- 308.323,47	- 288.916,42

A análise dos resultados de 2021, no confronto com os anos recentes, revela alguns dados significativos, que importa colocar em destaque:

- O Total de Rendimentos inverteu o decréscimo sentido no ano anterior;
- No que concerne ao Total de Gastos, deve evidenciar-se a manifesta estabilização verificada, apesar dos aumentos dos custos de matérias-primas e materiais diversos de manutenção.

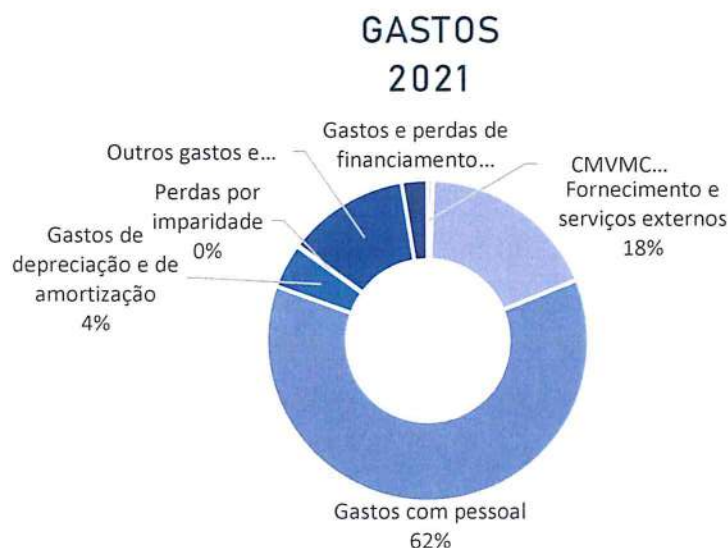
Em síntese, a análise do Resultado Líquido do Período manifesta, de forma clara, a recuperação da Instituição e o efeito global das medidas de gestão adotadas desde meados de 2019, apontando para num tempo próximo promissor, pleno de desafios, apesar das ameaças da crise que a situação internacional e suas consequências económicas.

2.1.1. Rendimentos



O gráfico circular acima exposto, procura representar as principais fontes de rendimentos do Perpétuo Socorro. Cerca de 53% são relativos a Subsídios, Doações e Legados à Exploração, onde se destacam os subsídios do POCH, da Segurança Social e do IEFP. Por outro lado, as Mensalidades globais representam cerca de 37% das receitas totais. Por fim, tem ainda especial destaque, neste âmbito, os donativos dos benfeitores, com uma percentagem de 10%.

2.1.2. Gastos



A análise de Gastos, patente no gráfico circular anterior, em termos globais, revela diversos indicadores de especial importância. Os Gastos com Pessoal representam, na sua totalidade, cerca de 62% do valor total. Contudo, importa reter o seguinte: estes gastos incluem cerca de 30.000,00 € de despesas com alimentação de todos os

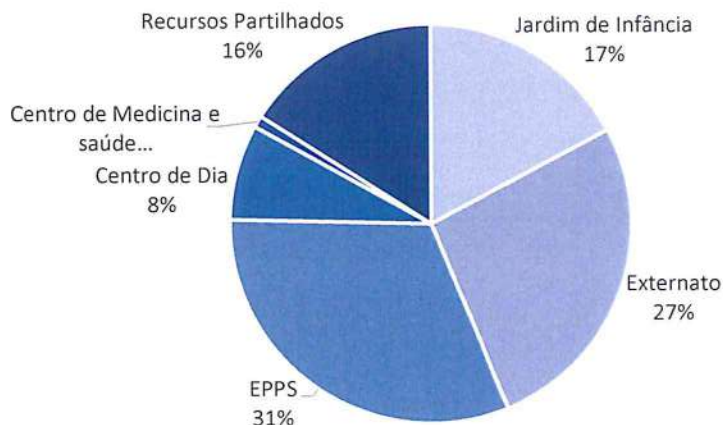
colaboradores e cerca de 58.000,00 € de verbas referentes a bolsas de estágio compartilhadas pelo IEFP. Deduzidos estes montantes, o valor com encargos diretos com Pessoal resulta em cerca de 57% da despesa global, valor que está já próximo do ideal para uma Instituição com a natureza e a dimensão do Perpétuo Socorro.

21.
feze
ni

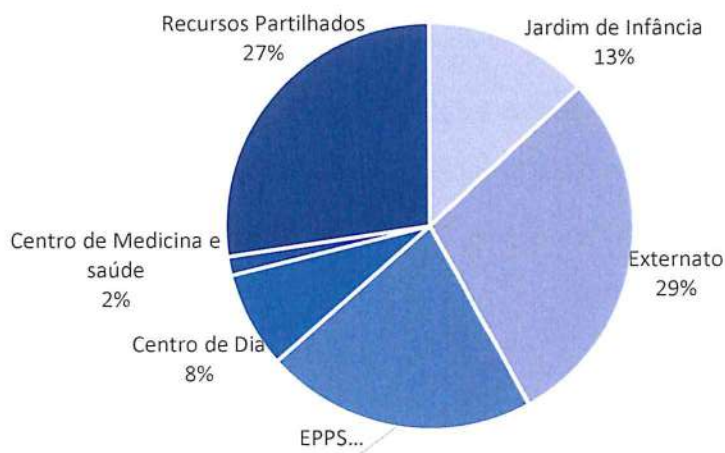
2.2. Valências

	Jardim de Infância	Ensino Básico	EPPS	Centro de Dia	Centro de Medicina e Saúde	Recursos Partilhados	Total
Proveitos	364.507,76	563.079,14	668.144,77	164.481,78	19.987,50	338.034,10	2.118.235,05
Custos	265.844,75	585.684,90	435.803,16	154.852,89	30.377,50	555.862,03	2.028.425,23
Resultado Líquido	98.663,01	-22.605,76	232.341,61	9.628,89	-10.390,00	-217.827,93	89.809,82

RENDIMENTOS




GASTOS



2.3. Recursos Humanos

No seguinte quadro, é apresentado, por género, o número de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro dos anos de 2021, 2020 e 2019, o perfil etário da equipa, os níveis de habilitação, a antiguidade e o custo médio de um colaborador por ano.

10


		2021			2020			2019		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Número de Colaboradores	No final do período:	6	53	60	7	55	62	6	58	64
	<i>Contrato</i>	5	48	53	5	48	53	5	50	55
	<i>Estágios CEI</i>	0	5	5	1	4	5	1	3	4
	<i>Estágios Profissionais</i>	1	1	2	1	3	4	0	5	5
Perfil Etário	Menos de 30 anos	0	10	10	1	12	13	0	13	13
	Entre 30 e 44 anos	2	15	17	2	16	18	3	15	18
	Entre 45 e 59 anos	4	19	23	3	18	21	3	17	20
	Mais de 60 anos	0	10	10	0	9	9	0	13	13
	Idade média	46	31	39	43	43	43	44	45	48
Níveis de Habilitação	Ensino Básico	0	12	12	0	8	8	0	12	12
	Ensino Secundário	3	12	15	2	19	21	2	14	16
	Ensino Superior	3	30	33	4	29	33	4	32	36
Antiguidade	Média em anos	14			18			16		
Gastos com o Pessoal	Total do Período	1.251.081,51			1.203.935,58			1.254.490,22		
	Média por colaborador	20.851,36			19.418,32			19.601,41		

Nos últimos três anos, o número de trabalhadores do Perpétuo Socorro, tendeu a estabilizar-se em 53. A Instituição passou a recorrer, para atividades de limpeza e de serviços auxiliares, a estágios IEFP. Os Custos com Pessoal tiveram, como consequência, uma redução significativa, apesar do Quadro relativo a estes dados não o evidenciar totalmente, pois inclui os valores pagos aos estagiários, mas não os montantes estornados pelo IEFP.

Em 2021, cerca de 88% dos funcionários são do género feminino e a idade média reduziu para os 39 anos. O custo médio por colaborador é mais elevado em 2021, uma vez que, passaram a estar incluídos na rubrica de Gastos com o Pessoal, os custos com a alimentação dos trabalhadores.

3. Proposta de aplicação de Resultados

Quanto ao resultado líquido positivo do exercício, no montante de 89.526,42 €, apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõem-se a transição para a conta de resultados transitados, para cobertura de prejuízos acumulados de anos anteriores e para investimento na qualificação dos serviços prestados pela Instituição.

4. Outras informações requeridas

A Instituição não tem quaisquer dívidas à Autoridade Tributária, à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações, nem a quaisquer outras entidades públicas.

5. Perspetivas para o ano 2022

O CCNSPS encontra no seu plano para o ano de 2022 um conjunto de projetos e oportunidades de desenvolvimento, quer globais, quer sectoriais, que merecem uma referência relevante.

Está em definição a materialização de um projeto de desenvolvimento cultural, através de diversas parcerias com entidades empresariais e com a empresa municipal de cultura ÁGORA, que tirará partido da existência física de um dos melhores auditórios da cidade do Porto e de espaços físicos complementares e de apoio.

Ainda no âmbito transversal, o Perpétuo Socorro encetará a beneficiação da fachada do edificado, para além de pretender dar efetivação ao projeto de digitalização integral dos serviços.

No domínio da Infância, é esperado o apoio à construção de um Berçário, cuja candidatura ao PRR aguarda decisão das entidades competentes.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
A.
[Signature]
[Signature]
[Signature]

No âmbito do Ensino Básico, para além da consolidação da via do ensino digital, está em curso uma reformulação do projeto educativo, que terá implicações positivas na qualificação do projeto pedagógico nos três ciclos de ensino existentes.

No Ensino Secundário, iniciará o trabalho de preparação do arranque desta valência, perspectivado para 2023.

No que respeita à Escola Profissional, existe uma realista expectativa de aumento dos cursos de Ensino Profissional e a criação de formações modulares, por via direta, visando o aumento do número de alunos nos diferentes âmbitos desta valência.

Por fim, importa colocar em destaque a robustez do Perpétuo Socorro para continuar a enfrentar as vicissitudes causadas pela pandemia da COVID-19 e pela guerra da Ucrânia. Se no ano de 2021 a Instituição deu uma resposta rápida e eficaz à COVID-19, o investimento realizado, quer em equipamentos tecnológicos, quer em materiais e estruturas para o apoio aos utentes educativos e sociais, quer sobretudo a experiência e aprendizagem adquiridas, permitem antever que a permanência da doença na vida social possa ter, no ano de 2022, um impacto significativamente menor do que nos anos transatos. Contudo, é de prever que ao nível financeiro possam ocorrer algumas perdas, cuja origem residirá no impacto económico que incidirá nos rendimentos das famílias e nos custos decorrentes da taxa de inflação que marcarão a atividade da Instituição.



6. Conclusão e agradecimentos

28.

O Relatório de Gestão e Contas de 2021 apresenta um resultado muito positivo, que diz do caminho de recuperação que a Instituição está, firmemente, a trilhar. Apesar das enormes contrariedades feitas sentir pela pandemia da COVID 19, o Perpétuo Socorro, não só sobreviveu, como conseguiu um excelente resultado.

O Perpétuo Socorro deve um agradecimento especial a todos os seus trabalhadores, pelo empenho, dedicação e compreensão demonstrados em torno de muitas medidas difíceis, que foram necessárias e indispensáveis. Por outro lado, tem também diante de todos os seus utentes e familiares uma profunda dívida de gratidão pela confiança evidenciada na Instituição e nos serviços que presta.

A todos, o Perpétuo Socorro muito agradece. Com todos caminhará rumo a um serviço e a uma identidade de referência.



02 Balanço

28.
fex
S

FLUÍCIAS	NOTAS	2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7.257.788,64	7.085.882,38
Investimentos financeiros		6.811,84	5.510,59
		7.264.600,48	7.091.392,97
Activo corrente			
Créditos a receber	14.2	4.679,95	5.067,38
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	4.436,43	11.722,08
Diferimentos	14.4	8.088,88	9.983,73
Outros ativos correntes	14.3	796.925,47	669.297,92
Caixa e depósitos bancários	14.5	768.172,73	616.373,12
		1.582.303,46	1.312.444,23
Total do Activo		8.846.903,94	8.403.837,20
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	305.999,87	305.999,87
Resultados transitados	14.6	-870.368,06	-1.120.412,72
Excedentes de revalorização	12,14.6	6.010.498,54	6.010.498,54
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	162.623,64	112.079,05
		5.608.753,99	5.308.164,74
Resultado líquido do período		89.526,42	250.044,66
Total dos Fundos Patrimoniais		5.698.280,41	5.558.209,40
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14.7	0,00	58.482,05
Financiamentos obtidos	7	1.039.680,29	898.202,59
		1.039.680,29	956.684,64
Passivo corrente			
Fornecedores	14.8	85.236,74	80.033,62
Estado e outros entes públicos	14.9	37.629,41	38.388,26
Financiamentos obtidos	7	1.056.836,54	963.543,06
Diferimentos	14.4	602.677,99	515.535,44
Outros passivos correntes	14.10	326.562,56	291.442,78
		2.108.943,24	1.888.943,16
Total do Passivo		3.148.623,53	2.845.627,80
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		8.846.903,94	8.403.837,20

03 Demonstração de Resultados por Natureza

24.
fuzi
M.
R.

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	773.593,20	694.264,58
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.124.883,01	1.122.908,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-11.140,95	-18.809,44
Fornecimentos e serviços externos	14.11	-371.099,46	-328.316,56
Gastos com o pessoal	11	-1.251.081,51	-1.203.935,58
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-2.345,41	-6.633,31
Outros rendimentos e ganhos	14.12	219.618,84	219.977,95
Outros gastos e perdas	14.13	-249.648,57	-151.435,45
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		232.779,15	328.020,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-90.770,32	-29.447,08
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		142.008,83	298.573,62
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	7, 14.14	-52.482,41	-48.528,96
Resultado antes de impostos		89.526,42	250.044,66
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
Resultado líquido do período		89.526,42	250.044,66

04 Demonstração dos Fluxos de Caixa

feife

RUBRICAS	2021	2020
Act. Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	810.903,87	724.489,50
Recebimentos de subsídios	1.022.377,50	988.007,77
Pagamentos de bolsas	-138.648,88	-121.178,87
Pagamentos a fornecedores	-347.916,91	-303.833,00
Pagamentos ao pessoal	-827.717,86	-793.915,47
Caixa gerada pelas operações:	518.997,72	493.569,93
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-457.692,42	-359.632,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1):	61.305,30	133.936,96
Act. Investimento		
Pagamentos		
Activos fixos tangíveis	-190.315,92	-15.854,42
Recebimentos		
Subsídios ao investimento	41.600,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2):	-148.715,92	-15.854,42
Act. Financiamento		
Recebimentos		
Financiamentos obtidos	383.220,40	680.000,00
Pagamentos		
Financiamentos obtidos	-94.356,76	-394.413,10
Juros e gastos similares	-49.653,41	-26.468,43
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3):	239.210,23	259.118,47
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	151.799,61	377.201,01
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	616.373,12	239.172,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	768.172,73	616.373,12

05 Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	Nútr	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total		
Posição no início do Período 2021		305.999,87			- 1.120.412,72	6.010.498,54		112.079,05	250.044,66	5.558.209,40	5.558.209,40
Alterações no período					250.044,66			- 250.044,66			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
Resultado Líquido do Período									89.526,42	89.526,42	89.526,42
Resultado Integral									160.518,24	89.526,42	89.526,42
Operações com Instituidores no período											
Subsídios, doações e legados										50.544,59	50.544,59
Posição no fim do período 2021		305.999,87			- 870.368,06	6.010.498,54		162.623,64	89.526,42	5.698.280,41	5.698.280,41

Handwritten signature in blue ink.

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		Resultado Líquido do Período
Posição no início do Período 2020		305.999,87			- 444.540,69	6.600.479,94	112.774,46	7.855,15	6.582.568,73
Alterações no período									
Excedentes de revalorização de ativos físicos tangíveis e intangíveis e respectivas variações				- 589.981,40					- 589.981,40
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				- 675.872,03				- 7.855,15	- 683.727,18
Resultado Líquido do Período				- 675.872,03				- 7.855,15	- 1.273.708,58
Resultado Integral								250.044,66	250.044,66
Operações com Instituidores no período								242.189,51	1.023.663,92
Subsídios, doações e legados									
Posição no fim do período 2020		305.999,87			- 1.120.412,72	6.010.498,54	112.079,05	250.044,66	5.558.209,40
								- 695,41	- 695,41
									5.558.209,40

06 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

21
Ri
fese
A

21.
fese



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede na Rua de Costa Cabral, nº 120 – Porto, é uma Fundação de Solidariedade Social criada pela Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor, com estatutos aprovados em 5 de janeiro de 1959 por Sua Ex.^a o Ministro de Saúde e Assistência. Tem como objetivo contribuir para a promoção social de todos os que dela necessitam, em regime de indiscriminação de credos, partidos, cores ou raças.

Para realização do seu objetivo a Instituição propõe-se manter as seguintes atividades:

- assistência moral através dos meios adequados;
- assistência educativa e cultural por meio de cursos de preparação profissional e cultural;
- assistência por meios de subsídios ou outras ajudas de carácter material;
- atividades de segurança social, pelo exercício das modalidades de creches, jardins-de-infância, lares de idosos, centros de dia para terceira idade, atividades de tempos livres e outras que forem julgadas necessárias ou convenientes.

Atualmente, a Instituição tem as seguintes valências:

Creche, Pré-escolar, Ensino Básico, Ensino Profissional e Centro de Dia.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e pelas Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 de 14 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e pelas Portarias n.º 218/2015 de 23 de julho e 220/2015 de 24 de julho, e Avisos n.º 8154/2015 de 29 de julho, e 8259/2015 de 29 de julho.

28.
A. M.
fey
A

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.



3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram consistentes em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados ao justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. Os restantes elementos dos Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo por base as taxas máximas de depreciação prevista no Decreto regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, à exceção dos edifícios que foram depreciados às taxas mínimas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: entre 10 e 100 anos;
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos;

- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos;
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos.

Com a alteração das políticas contabilísticas no ano de 2016, a rubrica Propriedades de Investimento passou a integrar a rubrica Ativo Fixo Tangível.

Estas Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

No exercício de 2020, a Instituição procedeu à valorização por decréscimo ao justo valor das rubricas de Terrenos e Edifícios do Activo fixo tangível, através de uma avaliação efectuada por um avaliador independente.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período (sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade) estão registados no ativo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os "Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou Terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são

reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- d) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- e) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao*

- diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- f) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.



4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária de políticas contabilísticas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as aquisições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

28

28

feje

2021	Saldo em 01/01/2021	Aquisições /Dotações	Abates/Reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	1.822.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.822.000,00
Edifícios e outras construções	5.137.822,74	23.696,20	0,00	179.025,41	0,00	5.340.544,35
Equipamento básico	510.234,07	9.787,76	0,00	0,00	0,00	520.021,83
Equipamento de Transporte	89.299,09	25.000,00	0,00	0,00	0,00	114.299,09
Equipamento Administrativo	272.201,03	4.913,29	0,00	0,00	0,00	277.114,32
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16.426,12	0,00	0,00	0,00	0,00	16.426,12
Ativos tangíveis em curso	21.756,66	199.284,88	0,00	-179.025,41	0,00	42.016,13
TOTAL	7.869.739,71	262.682,13	0,00	0,00	0,00	8.132.421,84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	58.360,20	0,00	0,00	0,00	58.360,20
Equipamento básico	423.695,98	24.591,09	5,55	0,00	0,00	448.292,62
Equipamento de transporte	75.986,58	4.745,83	0,00	0,00	0,00	80.732,41
Equipamento administrativo	267.748,65	3.073,20	0,00	0,00	0,00	270.821,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16.426,12	0,00	0,00	0,00	0,00	16.426,12
TOTAL	783.857,33	90.770,32	5,55	0,00	0,00	874.633,20
Ativos fixos tangíveis						7.257.788,64

2020	Saldo em 01/01/2020	Aquisições /Dotações	Abates/Reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	1.956.445,50	0,00	0,00	0,00	-134.445,50	1.822.000,00
Edifícios e outras construções	6.705.376,56	322.401,10	0,00	0,00	-1.889.954,92	5.137.822,74
Equipamento básico	497.224,44	13.009,63	0,00	0,00	0,00	510.234,07
Equipamento de Transporte	89.299,09	0,00	0,00	0,00	0,00	89.299,09
Equipamento Administrativo	270.044,08	2.156,95	0,00	0,00	0,00	272.201,03
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16.426,12	0,00	0,00	0,00	0,00	16.426,12
Ativos tangíveis em curso	364.465,76	0,00	0,00	-372.850,85	0,00	21.756,66
TOTAL	9.899.281,55	337.567,68	0,00	-372.850,85	-2.024.400,42	7.869.739,71
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	801.141,59	0,00	801.141,59	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	400.944,52	22.751,46	0,00	0,00	0,00	423.695,98
Equipamento de transporte	73.239,16	2.747,42	0,00	0,00	0,00	75.986,58
Equipamento administrativo	263.800,45	3.948,20	0,00	0,00	0,00	267.748,65
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16.426,12	0,00	0,00	0,00	0,00	16.426,12
TOTAL	1.555.551,84	29.447,08	801.141,59	0,00	0,00	783.857,33
Ativos fixos tangíveis						7.085.882,38

Em 2020, a Instituição procedeu a uma revalorização por decréscimo das rubricas Terrenos e Edifícios, determinado a partir de provas com base no valor de mercado. Esta avaliação foi realizada por um avaliador profissional qualificado.

No exercício de 2021, finalizaram-se dois projetos que se encontravam em Investimento em Curso, nomeadamente as obras de beneficiação das Novas Instalações da Escola Profissional e as obras de Remodelação do Auditório/Cinema, transferidas, na data de término, para a rubrica de Edifícios e Outras Construções. Consequentemente, realizou-se um investimento em equipamento básico na área da informática, com a finalidade de disponibilização de acesso à internet e interligação das novas salas de formação.

No mesmo exercício, a Instituição adquiriu viatura de nove lugares destinada ao transporte de utentes do Centro de Dia.

No final do exercício, mantiveram-se em Investimentos em Curso os seguintes projetos: instalação de medidas de autoproteção contra incêndios; empreitada de requalificação da área frontal do edifício; instalação de elevador no Centro de Dia e criação de sala de psicomotricidade no Jardim de Infância.

6. INVENTÁRIOS

Descrição	Inventário em 31-12-21	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	3.551,91	11.266,42	11.140,95
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Inventário em 31-12-20	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	3.907,75	18.870,18	18.809,44
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Na conta 38 - Reclassificações e Regularizações de Inventários, contabiliza-se os donativos em espécie recebidos pela Instituição.

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	Valor total do empréstimo	Valor do Empréstimo (se dif. valor contratual)		Custos anuais de Empréstimos obtidos suportados	
		Corrente	Não Corrente	Total	Dos quais juros suportados
Empréstimos genéricos:					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.756.516,83	746.836,54,54	1.009.680,29	48.065,67	43.168,01
<i>Empréstimos MLP</i>	1.018.721,69	29.021,40	989.700,29	18.642,18	15.240,36
<i>Contas caucionadas</i>	714.700,00	714.700,00	0,00	28.217,00	27.132,00
<i>Leasing</i>	463,29	463,29	0,00	116,49	75,87
Toyota Financial Services	22.631,85	2.651,85	19.980,00	1.090,00	719,78
Outros financiadores-FRSS	340.000,00	310.000,00	30.000,00	4.416,74	4.416,74
Total	2.096.516,83	1.056.836,54	1.039.680,29	52.482,41	47.584,75

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Esses encargos referem-se a juros relacionados com as contas correntes, com os empréstimos de médio e longo prazo e com o leasing.

Banco Montepio

Em dezembro de 2020, a Instituição contratualizou um financiamento, com o Banco Montepio, ao abrigo da Linha de Crédito “Linha de Apoio ao Setor Social COVID-19” no valor de 300.000,00 € (trezentos mil euros). Este contrato tem a duração de seis anos e destina-se, exclusivamente, para financiamento de necessidades de tesouraria. Para além disso, apresenta as seguintes condições:

- carência de capital durante 17 meses, após utilização de 12 meses;
- amortização do capital em 54 prestações mensais, acrescida dos respetivos juros.

Em maio de 2021, a Instituição liquidou um empréstimo de médio e longo prazo no montante de 29.156,76 €, concedido pelo Montepio em 2012 que seria liquidado num prazo inferior a 5 anos.

Em contrapartida, negociou, com o Montepio, um novo empréstimo de crédito ao investimento com o valor limite de 325.000,00€. A 31 de dezembro o valor utilizado é de 133.220,40€.

20.
feje
A
R

Banco Santander (Banco Popular Portugal)

Em Julho de 2017 foi celebrado um contrato de mútuo com o Banco Popular Portugal, atualmente Banco Santander, no valor de 1.000.000,00 € (um milhão de euros), destinado à realização de investimento de reabilitação de edifícios, pátios, remodelação de casas de banho e áreas de acesso, remodelação do bar do cinema e colocação de elevadores e de estruturas aptas para os mesmos. Este empréstimo é libertado em função de documentos que atestem a abertura de concurso público, adjudicação de empreitada, autos de medição e apresentação de faturas definitivas. Concedido pelo prazo de 240 meses, com vencimento em 17/07/2037, sendo os primeiros 24 meses de utilização, durante o qual só se vencerão juros. Deve salientar-se que, apesar do montante global referido ascender a 1.000.000,00 euros, o efetivamente utilizado é de, apenas 335.501,29 euros, não se prevendo qualquer aumento de valor.



Em 2021, neste empréstimo, o valor dos juros das moratórias foi adicionado ao montante em dívida.

Na conta corrente caucionada, com o montante utilizado de 400.000,00€, o valor dos juros das moratórias foi liquidado no exercício de 2021.

Novo Banco

Ao longo do exercício de 2021 a Instituição efetuou liquidações à conta corrente caucionada, tendo em dívida o valor de 314.700,00 €.

MillenniumBCP

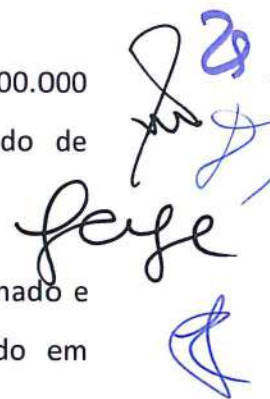
Em novembro de 2021 o CCNSPS celebrou um contrato de crédito com o Banco Comercial Português, S.A., ao abrigo da linha Millennium FEI SOCIAL – Empreendedorismo e Inovação, no valor de 250.000,00€, destinado a Fundo de Maneio.

O prazo de reembolso é de 3652 dias, vencendo-se a última prestação deste contrato em 10/11/2031. Existe uma carência de 6 meses na amortização de capital.

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

No início de 2015 foi celebrado um Acordo de Apoio Financeiro, no valor de 500.000 euros, entre o Centro de Caridade N.º S.º do Perpétuo Socorro e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Ao abrigo da Portaria n.º 160/2020 de 26 de junho, este Acordo foi reprogramado e aprovado em setembro de 2020. O montante em dívida será reembolsado em prestações trimestrais até dezembro de 2023.



8. RÉDITOS

Para o período em referência foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2021			2020	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	773.593,20	100%	111%	694.264,58	100%
Totais	773.593,20			694.264,58	

A rubrica Prestações de Serviços está associada à atividade principal da Instituição, isto é, a faturação do Ensino, do Centro de Dia e do Centro de Medicina e Saúde.

Os serviços do Centro de Medicina e Saúde terminaram em novembro de 2021.

9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

2p.
Freije
8.
2

2021	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	97.327,98	3.055,41	0,00	0,00
M.T.S.S. - MASES	43.727,98	695,41	0,00	0,00
C.M.P. – Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense	0,00	0,00	53.600,00	2.360,00
Ativos fixos tangíveis:	97.327,98	3.055,41	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	88.370,70	3.055,41	0,00	0,00
Equipamento básico	8.957,28	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	1.124.460,51	1.124.460,51	422,50	422,50
Instituto Segurança Social, I.P.	275.105,86	275.105,86	0,00	0,00
Inst. Gestão Financeira S.S. (POCH)	647.542,20	647.542,20	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	40.196,28	40.196,28	0,00	0,00
CMP	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
IEFP	54.238,52	54.238,52	0,00	0,00
IAPMEI	0,00	0,00	422,50	422,50
Fundação "la Caixa"	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações e Heranças	106.377,65	106.377,65	0,00	0,00
TOTAL	1.221.788,49	1.127.515,92	422,50	422,50

2020	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	43.727,48	695,41	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis:	43.727,48	695,41	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34.770,19	695,41	0,00	0,00
Equipamento básico	8.957,29	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	1.122.908,51	1.122.908,51	0,00	0,00
Instituto Segurança Social, I.P.	309.244,49	309.244,49	0,00	0,00
Inst. Gestão Financeira S.S. (POCH)	674.407,11	674.407,11	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	38.995,70	38.995,70	0,00	0,00
Câmara Municipal do Porto	855,00	855,00	0,00	0,00
Junta de Freguesia do Bonfim	12.575,00	12.575,00	0,00	0,00
IEFP	61.631,21	61.631,21	0,00	0,00
Fundação "la Caixa"	25.200,00	25.200,00	0,00	0,00
Doações e Heranças	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.166.635,99	1.123.603,92	0,00	0,00

Na rubrica subsídios de outras entidades, no ano de 2021, o valor apresentado refere-se ao apoio atribuído pela Câmara Municipal para a implementação de uma Plataforma Elevatória, para os utentes do Centro de Dia e obras de remodelação da Escola Profissional (13.600,00€), e para as obras de beneficiação e conservação do Auditório Estúdio (40.000,00€).

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício de 2021 não há imposto a pagar.

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferiram qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 53.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações do pessoal	945.545,07	913.281,03
Retroativos	2.559,01	2.229,31
Indemnizações	18.754,34	15.241,38
Encargos sobre remunerações	213.771,99	206.383,89
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	11.903,94	14.702,45
Gastos de ação social	15.768,87	16.873,28
Outros gastos com pessoal	42.778,29	35.224,24
Total	1.251.081,51	1.203.935,58
Nº de Colaboradores ao serviço da Instituição em 31 de Dezembro	53	53

No exercício de 2021, estão registadas duas indemnizações, por cessação de contrato de trabalho, no valor de 18.754,34 €.

O aumento dos gastos com o pessoal deve-se essencialmente ao aumento do salário mínimo nacional e às atualizações das tabelas salariais.

12. REVALORIZAÇÃO DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Instituição, no exercício anterior, registou uma avaliação dos terrenos e edifícios com base nos valores de mercado por avaliação realizada por um avaliador profissional qualificado, tendo obtido uma revalorização por decréscimo no montante de 1.223.258,83 €.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials.

	Valores anteriores líquidos		Revalorização		Justo Valor	
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Terrenos	Edifícios e outras construções	Terrenos	Edifícios e outras construções
Ativos Fixos Tangíveis	1.956.445,50	6.204.813,33	-134.445,50	-1.088.813,33	1.822.000,00	5.116.000,00
Art. Matricial 11908 (Inquilinos)	78.171,43	275.163,44	-29.596,43	-129.438,44	48.575,00	145.728,00
Art. Matricial 11501 (Garagem)	60.905,96	214.388,98	-41.330,96	-161.941,68	19.575,00	52.447,30
Art. Matricial 11907	145.221,16	385.939,76	-80.396,16	-212.254,14	64.825,00	173.685,62
Art. Matricial 11501	619.935,80	1.512.246,59	61.739,20	532.778,41	681.675,00	2.045.025,00
Art. Matricial 11502	403.315,27	1.120.119,42	89.409,73	200.038,67	492.725,00	1.320.158,09
Art. Matricial 11503	575.105,30	1.619.496,52	-158.630,30	-503.510,83	416.475,00	1.115.985,69
Art. Matricial 11504	73.790,58	232.210,12	24.359,42	30.763,18	98.150,00	262.973,30
Obras diversas (comuns aos edifícios)	0,00	845.248,50	0,00	-845.248,50	0,00	0,00

A quantia escriturada das rubricas terrenos e edifícios foi diminuída em 1.223.258,83 €, como resultado da revalorização por decréscimo, por contrapartida da rubrica Excedentes de Revalorização, dado o saldo de crédito existente na mesma respeitante a esse ativo.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, nos anos 2021 e 2020, foram de 3.690,00€ /ano (IVA incluído).

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

	2021	2020
Fundadores/beneficiários/patrocionadores/doadores/associados/membros	4.436,43	11.722,08

14.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2021	2020
Utentes c/c	4.679,95	5.067,38
Utentes Cobrança Duvidosa	20.926,32	18.580,91
Perdas por Imparidades Acumuladas	20.926,32	18.580,91
TOTAL	4.679,95	5.067,38

	2021	2020
Imparidade de dívidas – Perdas	-2.485,41	-6.735,26
Imparidade de dívidas – Reversões	140,00	101,95
TOTAL	-2.345,41	-6.633,31

Foram criadas imparidades para dívida de um ex-aluno do Jardim de Infância, dois do Ensino Básico e um utente do Centro de Dia, no valor total de 2.485,41 €.

14.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

	2021	2020
Pessoal	240,98	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	23.210,75	19.601,98

IEFP	73.295,25	46.983,08
POCH	673.590,45	595.723,18
Outros devedores	26.588,04	6.989,73
TOTAL	796.925,47	669.297,92

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz respeito a pedidos de restituição do Iva à Direção Geral de Impostos (17.042,72 €), ao subsídio da Direção Geral da Administração Escolar (2.947,92 €), a Apoios Covid (1.262,95 €).

O valor mencionado no IEFP refere-se a medidas de apoio à contratação (essencialmente Estágios Ativar, Contratos de Inserção).

Na rubrica do POCH, o valor refere-se ao projeto *POCH-01-55H8-FSE-000093*, para ano letivo 2021/2022, cujo valor total aprovado foi de 784.045,73 €. A título de adiantamento já recebemos 110.455,28 €.

Na rubrica “outros devedores” o montante refere-se a uma herança no valor de 20.000,00€ que a Instituição irá receber em 2022 e a dívida de inquilinos (6.437,50 €).

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	2021	2020
Gastos a reconhecer	8.088,88	9.983,73
Seguros a liquidar	4.904,64	6.786,46
Outras despesas c/ custo diferido	3.184,24	3.197,27
Rendimentos a reconhecer	602.677,99	515.535,44
IGFSS, IP	0,00	7.598,24
Ações de Formação – POCH	526.330,88	466.888,71
IEFP	67.742,22	36.634,64
Rendas	1.116,71	0,00
Mensalidades antecipadas	7.488,18	4.413,85

Na rubrica rendimentos a reconhecer estão incluídos os subsídios a reconhecer do Ensino Profissional, relativos ao projeto do POCH, aprovado em setembro de 2021 para o período de setembro de 2021 a agosto de 2022 (**Projeto POCH-01-55H8-FSE-000093**), e que serão reconhecidos no ano seguinte.

Nesta rubrica, estão também incluídos os subsídios do IEPF relativos a Estágios Profissionais e Contratos de Inserção aprovados e que serão reconhecidos no ano seguinte.

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2021	2020
Caixa	5.472,01	2.048,20
Depósitos Bancários – ordem	762.700,72	614.324,92
TOTAL	768.172,73	616.373,12

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos Patrimoniais	305.999,87	0,00	0,00	305.999,87
Resultados transitados	-1.120.412,72	0,00	250.044,66	-870.368,06
Excedentes de revalorização	6.010.498,54	0,00	0,00	6.010.498,54
Outras variações nos fundos patrimoniais	112.079,05	3.055,41	53.600,00	162.623,64
Subsídios	27.120,85	3.055,41	53.600,00	76.970,03
Doações	85.653,61	0,00	0,00	85.653,61
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

O valor mencionado nos resultados transitados, refere-se à aplicação do resultado líquido de 2020 (250.044,66 €).

Neste exercício, foram considerados dois subsídios ao investimento (ver nota 9), financiados pela Câmara Municipal do Porto no âmbito do “Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense 2020”, atribuído à construção da Plataforma Elevatória do Centro de Dia, no valor de 13.600,00 €, e do “Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Portuense 2021”, destinada às obras de Beneficiação e Conservação do Auditório Estúdio, no valor de 40.000,00 €. Ambos os subsídios, serão amortizados em 10 anos.

O valor mencionado na rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais” refere-se ao valor transferido de subsídios ao investimento para a rubrica “outros rendimentos”.

14.7. Provisões

A rubrica “Provisões” a 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentava o seguinte saldo:

	2021	2020
Provisões (Processos judiciais em curso)	0,00	58.482,05

Relativamente ao processo nº 470/14.OTVPRT, Porto, foi anulada a provisão após decisão final em julho de 2021.

14.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	2021	2020
Fornecedores c/c	85.236,74	80.033,62

14.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e outros Ente Públicos	2021	2020
Ativo	0,00	0,00
Iva - reembolsos pedidos	0,00	0,00
Passivo	37.629,41	38.388,31
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	11.449,58	11.231,64
IVA	1.811,16	4.137,71
Segurança Social	16.601,16	15.603,07
Outras Tributaçãoes	7.767,51	7.415,89

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 - A large '2' at the top right.
 - A signature 'J. F.' below it.
 - A signature 'J. F.' further down.
 - A signature 'R.' at the bottom right.

14.10. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	2021	2020
Pessoal	0,00	54,54
Fornecedores de investimento	32.175,48	52.892,49
Credores por acréscimos de gastos	193.445,29	197.187,80
Outros credores	100.941,79	41.307,95
TOTAL	326.562,56	291.442,78

A rubrica “credores por acréscimos de gastos” incluiu o montante de 171.666,54 € de remunerações a liquidar em 2022 (Férias e subsídio de férias), o montante de 8.092,48 € de juros a liquidar e o montante de 8.679,31 € referente aos Prestadores de Serviços.

Na rubrica “Outros credores” estão incluídos os montantes das indemnizações a pagar, em prestações mensais, relativas a funcionários que cessaram o contrato de trabalho em 2021 (19.552,00€), bem como processos judiciais (78.907,61€).

14.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	2021	2020
Fornecimentos e Serviços externos	371.099,46	328.316,56
Subcontratação	96.441,29	80.341,88
Serviços especializados	117.132,99	121.981,45
- Trabalhos especializados	23.736,77	26.204,07
- Publicidade	4.950,30	6.673,44
- Vigilância e Segurança	785,61	7.920,90
- Honorários	71.247,12	68.014,81
- Conservação e reparação	16.413,19	13.163,23
Materiais	28.074,01	14.157,32
Energia e fluidos	42.388,21	36.903,23
- Eletricidade	26.486,43	24.515,75
- Combustíveis	7.212,14	6.364,79
- Água	8.689,64	6.022,69
Deslocações e estadas	14.230,65	6.381,54
Serviços Diversos	72.832,31	68.551,14
- Rendas e alugueres	2.153,23	1.767,30
- Comunicações	3.866,51	3.946,49
- Seguros	10.698,90	10.668,21
- Limpeza e Higiene	10.214,92	9.056,96
- Outros Serviços	45.898,75	43.112,18
Encargos de saúde com utentes	553,21	956,40
Atividades extracurriculares/pedagógicas	18.578,09	12.407,78
Cobrança e angariação de Benfeitores	26.268,13	27.811,43
Outros	499,32	1.936,57

Os valores dos fornecimentos e serviços externos, no exercício de 2021, são mais altos que em 2020. Os valores de 2020 estão justificados com o encerramento das valências, devido ao Covid 19 (ensino à distância).

14.12. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

		2021	2020
	Outros rendimentos suplementares	18.172,31	18.493,98
	Totais	18.172,31	18.493,98
	Sinistros	4.196,73	0,00
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	8.405,00	12.585,00
	Outros rendimentos e ganhos	476,57	342,71
	Totais	13.078,30	12.927,71
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores:	26.028,09	5.620,82
	<i>Instituto Segurança Social, I.P.</i>	2.942,92	1.051,38
	<i>POCH</i>	19.550,78	4.335,68
	<i>Benfeitores</i>	1.569,50	53,00
	<i>IEFP</i>	29,43	0,00
	<i>Outras</i>	1.935,46	180,76
	Imputação de subsídios para investimentos	3.055,41	695,41
	Restituição de impostos	28.177,28	9.098,88
	Excesso da estimativa para impostos	681,00	5.988,72
	Donativos	129.186,67	167.152,04
	Outros rendimentos	1.239,78	0,39
	Totais	188.368,23	188.556,26
Totais	219.618,84	219.977,95	

O valor mencionado na rubrica de Rendimentos Suplementares refere-se essencialmente à receita do aluguer de salas de formação e da locação da garagem. O valor referente a Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros refere-se a rendas de inquilinos de um dos edifícios da Instituição e a sinistros de ativos fixos tangíveis.

No exercício de 2021, devido à crise pandémica, verificou-se uma redução considerável nos donativos.

14.13. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

		2021	2020
Impostos	Impostos diretos	0,00	0,00
	Impostos indiretos	37,70	0,20
	Taxas	5.394,42	1.065,73
	Totais	5.432,12	1.065,93
Dívidas incobráveis	Dívidas incobráveis	0,00	40,00
	Totais	0,00	40,00
Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	81.942,41	8.370,33
	Donativos	0,00	70,00
	Quotizações	548,00	1.224,50
	Contribuições Seg. Social – Trab. Independentes	4.382,69	0,00
	Outros não especificados	1.000,00	2,99
	Totais	87.873,10	9.667,82
Custos com Apoios Financeiros	Subsídios, Donativos, Bolsa Estudo	156.343,35	140.661,70
	Totais	156.343,35	140.661,70
Totais		249.648,57	151.435,45

Na rubrica de correções relativas a períodos anteriores, estão incluídas notas de crédito respeitantes a anulações de cotas de benfeitores dos anos de 2019 e 2020 (2.598,45 €), uma correção relativa ao projeto POCH-01-5571-FSE-003058 (1.310,90 €) e uma correção no subsídio da Segurança Social respeitante à domiciliação dos utentes do Centro de Dia (12.498,58 €). Também, durante o exercício de 2021, decorreu o desfecho de dois processos de tribunal, que levaram ao registo de duas correções relativas a períodos anteriores: Processo nº 8057/21.4T8PRT no montante de 1.622,00 € e o Processo nº 470/14.OTVPRT no montante de 63.303,56 €, uma vez que, a previsão criada anteriormente, não era suficiente (ver nota 14.7).

Na rubrica de custos com apoios financeiros, estão discriminados os custos com os formandos da seguinte forma:

Bolsas de Material de Estudo: 13.404,25€

Subsídio de Alimentação: 113.215,95€

Subsídio de Transporte: 29.273.15€

14.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2021	2020
Juros e gastos similares suportados	52.482,41	48.528,96
Juros suportados	47.584,75	40.863,41
Outros gastos	4.897,66	7.665,55
Resultados Financeiros	-52.482,41	-48.533,96

20.
Juzg

14.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021. No entanto, é importante referir que a evolução positiva da pandemia da doença COVID-19, leva-nos a acreditar numa recuperação económico-financeira no próximo exercício. Contudo, dado o desencadear da guerra na Ucrânia, acresce a preocupação com o aumento dos custos, sentindo-se já, no início do ano de 2022, as subidas de preços sucessivas. Estes acontecimentos, devido ao seu elevado nível de incerteza, poderão desencadear dificuldades de gestão.

Além disso, em finais de janeiro de 2022, a Instituição procedeu à venda do imóvel sito na Rua de Costa Cabral, nº 142-144, que se destinava ao arrendamento a inquilinos, que gerou uma mais valia no valor de 105.700,00€.

15. OPERAÇÕES DE CONTINUIDADE

O resultado líquido do exercício de 2021 foi positivo em 89.526,42 euros, assim como o de 2020 em 250.044,66 euros.


16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 31 de março de 2022.

O Contabilista Certificado

215452119
Néia Figueiredo
79355

A Direção

215452119
Mário de Almeida Neto
Direção Hospital Socorro
ferre


07 Relatório e Certificação Legal das Contas

Es.
S. J.
Frey
S.

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 110
Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

RELATÓRIO

Exmos. Senhores,

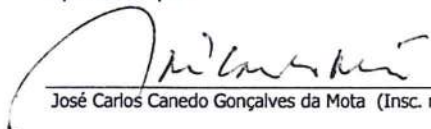
Acompanhámos a evolução da atividade da **Centro de Caridade Nª Senhora do Perpétuo Socorro**, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos normativos legais e estatutários em vigor, o sistema de gestão de riscos e o sistema de controlo interno, tendo efetuado reuniões com a periodicidade e extensão que consideramos adequados tendo obtido todos os esclarecimentos solicitados. Acompanhamos ainda o processo de preparação e de divulgação da informação financeira e efetuamos a revisão aos documentos de prestação das contas da **Centro de Caridade Nª Senhora do Perpétuo Socorro**.

No âmbito das nossas funções, apreciamos a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2021, as demonstrações dos resultados por natureza, a demonstração de alterações dos fundos patrimoniais, e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras. Apreciamos ainda o relatório de gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Face ao exposto, somos da opinião que a informação constante nas demonstrações financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados da **Centro de Caridade Nª Senhora do Perpétuo Socorro** e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da mesma.

Porto, 31 de Março de 2022

Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, SROC
representada por:


José Carlos Canedo Gonçalves da Mota (Insc. n.º 767)



Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 110
Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *Centro de Caridade N.º Senhora do Perpétuo Socorro* (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2021 (que evidencia um total de 8.846.904 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.698.280 euros, incluindo um resultado líquido de 89.526 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de direção pelas demonstrações financeiras

O órgão de direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo

profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Porto, 07 de Abril de 2022

Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, SROC
representada por



José Carlos Canedo Gonçalves da Mota (Insc. n.º 767)

08 Parecer do Conselho Fiscal

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping characters and loops, positioned to the right of the main title.

PERPÉTUO
SOCORRO**CENTRO DE CARIDADE Nº 5ª DO PERPÉTUO SOCORRO**

Instituição Particular de Solidariedade Social NIPC: PT 500 868 549

Membro Honorário da Ordem de Benemerência

Rua de Costa Cabral, 120 4200-208 Porto

Telefone: 225 095 043

Web: www.perpetuo-socorro.pt E-mail: ccnsp@perpetuo-socorro.pt**Parecer do Conselho Fiscal**

Aos trinta e um dias do mês de Março de 2022, reuniu nas suas instalações, o Conselho Fiscal do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Perpétuo Socorro, relativas ao exercício de 2021.

O Conselho Fiscal analisou os referidos documentos, nomeadamente o Balanço em 31/12/2021, as Demonstrações de Resultados por Natureza e Funções, a Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa e respetivos Anexos, bem como o Relatório emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, que procedeu ao acompanhamento do exercício.

As contas apresentadas evidenciam um resultado líquido do exercício positivo de 89.526,42€ euros, o que representa uma consolidação do processo de recuperação da Instituição, facto que se regista com especial agrado.

O Conselho Fiscal recomenda que este esforço de reestruturação e recuperação possa ser consolidado no ano de 2022, de modo a que o Perpétuo Socorro possa alcançar a estabilidade financeira necessária à plena adopção dos desafios que o Plano de Actividades e Orçamento para 2022 preconizam.

Face ao anteriormente exposto e tendo em conta os aspetos acima referidos, o Conselho Fiscal deliberou emitir Parecer favorável ao Relatório de Gestão e Contas do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, relativos ao ano de 2021.

Porto, 31 de Março de 2022

O Conselho Fiscal:

Presidente: _____

Vogal: Joana Mendes AguiarVogal: [Handwritten Signature]

09 Decisão da Direção

Handwritten signature in blue ink:
A. L. F. J. J.
f. j. j.
A. L. F. J. J.

CENTRO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
Rua de Costa Cabral, nº 120
4200 208 Porto C.A.E.: NIPC: 500868549

Folha 41

ACTA Nº 25

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Direcção do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com a seguinte ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Análise e votação do Relatório de Gestão e Contas de 2021.

No Ponto Único da Ordem de Trabalhos, foi apresentado, pelo Director Executivo, o Relatório de Gestão e Contas, em anexo à presente acta, relativo ao ano de dois mil e vinte e um, o qual havia merecido o parecer do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal. O Director Executivo apresentou os aspectos mais relevantes do documento, que demonstra um percurso contínuo e consolidado da Instituição. Os resultados operacionais do ano em causa ascenderam a oitenta e nove mil quinhentos e vinte e seis euros e quarenta e dois cêntimos. A direcção manifestou, globalmente, a satisfação pelo percurso de recuperação que o documento coloca em evidência. O documento foi aprovado por unanimidade dos seus cinco membros da direcção.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata, que vai ser assinada por todos.

Presidente:

Vice-Presidente:

Vogal:

Vogal:

Vogal:

